



Coesão territorial é fundamental para desenvolvimento da região

'A CARGA FISCAL NA REGIÃO NORTE: efeitos nas autarquias e empresas' foi o tema da conferência que o presidente da CIM Cávado, Ricardo Rio, participou no Porto.

CIM CÁVADO

| Redacção |

Ricardo Rio, presidente da Câmara Municipal de Braga e da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado, participou na conferência 'A carga fiscal na região Norte: efeitos nas autarquias e empresas', que se realizou nas instalações da Ordem dos Contabilistas Certificados, no Porto.

O edil integrou o painel subordinado ao tema debate 'As autarquias e os impostos: Bem me quer ou mal me quer?', contando com a companhia de Jorge Mendes, presidente da Câmara Municipal de Valença e vice-presidente da CIM Alto Minho, Francisco Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lamego e da CIM Douro, e Inácio Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Felgueiras e da CIM Tâmega e Sousa.

Na ocasião, Ricardo Rio referiu que a região Norte gera um volume de recursos "bastante



Presidente da CIM Cávado, Ricardo Rio, participou em conferência na Ordem dos Contabilistas Certificados, no Porto

considerável" do ponto de vista da actividade económica que não tem o respectivo retorno em termos de investimento público.

Nesse sentido, sublinhou o autarca, seria importante reforçar a capacidade política da região através de uma maior legitima-

ção dos órgãos regionais e apostar na capacidade de articulação entre os agentes responsáveis pela gestão do território. "As estruturas representativas do território devem ter um maior diálogo nas opções tomadas em termos de investimento e distribui-

ção dos fundos comunitários, o que traria uma acrescida responsabilização na forma como os recursos são alocados e uma diminuição da tendência de cada um 'olhar para o seu umbigo', centrando-se no bem de toda a região e beneficiando o territó-

rio", afirmou. E acrescentou: "só podemos gerir o que recebemos: as transferências do Orçamento de Estado, os fundos comunitários, as taxas e licenças dos diversos serviços municipais e os impostos que cobramos. O que é libertado para investimento é muito curto e desonerar ainda mais a carga fiscal, embora desejável, exigia outras fontes de financiamento para fazer face às responsabilidades de uma autarquia", expôs Rio, adiantando que seria importante repensar a parcela de recursos que é canalizada para as autarquias. "Disponer de uma parte mais substancial do IVA gerado seria uma forma de incentivar políticas mais proactivas de desenvolvimento".

"Considerando a necessidade de promoção e maior coesão territorial, o Norte, não só pelo potencial dos seus recursos endógenos mas sobretudo pelo desequilíbrio que se verificou em termos de capacidade de desenvolvimento, precisava de alavancas adicionais para potenciar esses recursos. No entanto, isso não se tem verificado e há um longo caminho a percorrer nessa matéria."

Ricardo Rio
Presidente da CIM Cávado